

Presidente Rui Rio abre trabalhos da II Escola Europa



Pg. 03

EDITORIAL CARLOS COELHO



Sem vergonha !

Os **fundos europeus** são **essenciais para o nosso desenvolvimento** e para a **criação de emprego**. Constituem, para Portugal, uma ajuda superior a **12 milhões de euros por dia** e representam mais de **80% do investimento público**.

Mas o **governo Costa não os tem aproveitado**. A execução do Portugal 2020 é incrivelmente baixa, próxima de 1/3.

Nas últimas semanas, porém, vimos lançamentos de obras e anúncios de investimentos quase todos os dias. Parece que o **governo socialista descobriu os fundos europeus apenas em ano de eleições**.

Atrasar a execução para “despejar” dinheiro em ano de eleições é desonesto. Reprogramar o Portugal 2020 e “vender” que há mais dinheiro é desonesto. Aceitar cortes na Política de Coesão e na Política Agrícola Comum no próximo Quadro Financeiro Plurianual e não o contestar ou debater é desonesto. **E usar os Fundos europeus para financiar campanhas eleitorais é uma vergonha!**

Fundação Francisco Manuel dos Santos recebe Prémio Cidadão Europeu/2018

Pg. 02

Paulo Rangel organizou a Cimeira Internacional sobre o Diálogo Inter-religioso

Pg. 05

José Manuel Fernandes defende o ‘InvestEU’

Pg. 13

Fundação Francisco Manuel dos Santos recebe Prémio Cidadão Europeu/2018

A medalha do **Prémio Cidadão Europeu** 2018 foi entregue pelo Presidente do Parlamento Europeu, **Antonio Tajani**, e por **Carlos Coelho**, Deputado ao Parlamento Europeu e proponente do galardão, à **Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS)**. Na cerimónia, que decorreu no Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, em Lisboa, a FFMS foi representada por **José Soares dos Santos**, em nome da família Soares dos Santos e dos órgãos sociais da Fundação.

Carlos Coelho, que tomou a palavra para apresentar o premiado, destacou que *“o trabalho da Fundação, nestes quase dez anos, é notável. A Pordata, a colecção de ensaios e estudos, o portal de direitos e deveres ou o programa Fronteiras XXI são apenas alguns exemplos dos projectos de cidadania que a FFMS lançou e lidera, com sucesso há quase uma década. O contributo para a consciencialização dos cidadãos sobre os desafios do país, da Europa e do mundo é inestimável e eleva a qualidade da nossa democracia”*. No discurso perante o Presidente do Parlamento Europeu, o Deputado declarou que *“a Europa em que acreditamos não é refém de nacionalismos ultrapassados, de populismos falhados ou de autoritarismos violentos. A Europa em que acreditamos é feita de Democracia, Liberdade e Estado de Direito. É feita com a participação de todos: seguramente de todos os Estados-Membros, mas sobretudo os 500 milhões de cidadãos. É essa Europa que, com a atribuição do prémio à FFMS, celebramos”*.

Antonio Tajani, que esteve em Portugal para uma visita oficial de dois dias, declarou que se sentia *“muito honrado por poder atribuir o Prémio Cidadão Europeu à FFMS em Portugal, pelo imenso trabalho e dedicação à causa europeia, de que os projectos que lidera são exemplos. Em vésperas de eleições europeias, o trabalho da FFMS é particularmente importante para levar mais cidadãos a votar e a fazê-lo de forma mais informada”*.

Na semana seguinte a **Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS)** esteve em Bruxelas para receber o diploma do **Prémio Cidadão Europeu 2018**, galardão para que foi proposta pelos Deputados **Carlos Coelho**, **Sofia Ribeiro** e



Carlos Coelho, que tomou a palavra para apresentar o premiado, destacou que *“o trabalho da Fundação, nestes quase dez anos, é notável. A Pordata, a colecção de ensaios e estudos, o portal de direitos e deveres ou o programa Fronteiras XXI são apenas alguns exemplos dos projectos de cidadania que a FFMS lançou e lidera, com sucesso há quase uma década.”*

José Manuel Fernandes. No mesmo dia, na Sala Damião de Góis, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), foi apresentada a edição de 2018 do “Retrato de Portugal na Europa”, uma edição da **Pordata**, que conta com a chancela da FFMS.

Carlos Coelho, destacou que *“a entrega do Prémio Cidadão Europeu à Fundação é o reconhecimento de um trabalho de enorme valor na promoção da cidadania. E de uma cidadania que já não é só nacional, mas europeia. Os vários projectos da Fundação prosseguem uma missão de enorme importância que é a de dotar os portugueses de informação, conhecimento e consciência cívica para o pleno exercício da sua cidadania. Espero que esta distinção não se fique pelo reconhecimento, mas seja um verdadeiro estímulo a uma ainda maior dinâmica de intervenção da Fundação. Vivemos um tempo em que as notícias falsas são cada vez mais, o discurso de ódio vai ganhando espaço e a de-*

sinformação é usada por agendas e interesses alheios aos cidadãos. Por isso é tão importante contar com o trabalho da Fundação, que nos ajuda, através do estudo, da investigação e do debate, a exigir mais de quem nos representa, mas sobretudo a exigir mais de nós próprios e da nossa participação na sociedade”.

Aquando da apresentação do **“Retrato de Portugal na Europa”**, apresentado pela **Professora Maria João Valente Rosa**, Directora da Pordata, Carlos Coelho declarou *“a Pordata é uma das iniciativas mais emblemáticas da Fundação e tem um grande mérito: dá aos cidadãos acesso fácil a estatísticas fiáveis para um debate sério sobre o país, a União Europeia e o papel de Portugal na Europa. E esta missão é um passo fundamental para promover uma maior participação cívica dos portugueses, porque apenas quando temos informação credível ganhamos a confiança, a capacidade e sobretudo a vontade de fazer algo para mudar o estado de coisas”*. 

A II Escola Europa, em Lisboa, foi um sucesso!



A segunda edição da Escola Europa, realizada em Lisboa de 1 a 4 de Novembro de 2018, foi um sucesso. Esta acção de formação política de jovens líderes portugueses e espanhóis, que tem **Carlos Coelho** como Director, acolheu **50 estudantes universitários durante quatro dias**, com um intenso programa de trabalhos.

O Deputado ao Parlamento Europeu que dirige a Escola Europa destacou a qualidade dos participantes, sublinhando que *“actualmente há uma tendência perigosa para desvalorizar esta geração e atribuir-lhe características negativas. Rótulos como **desinteressados, pouco preparados ou passivos e limitados às redes sociais** são comuns, mas são **profundamente injustos**. Durante quatro dias (com um feriado e fim-de-semana pelo meio), estes 50 jovens deram o exemplo. Em todas as conferências tivemos oradores de excelência, mas sobretudo perguntas incisivas e preparadas. Em nenhum debate tivemos menos de 12 intervenções de alunos e todas elas revelaram um interesse, conhecimento e empenho que me deixam muito orgulhoso. No fim desta segunda edição confirmo a minha convicção que os jovens exigem mais oportunidades de participar e estão preparados para o fazer com qualidade”*.

Carlos Coelho destacou que “os desafios que a União enfrenta hoje são múltiplos e exigentes. Foi importante discutirmos os principais e, acima de tudo, contar com a visão dos mais jovens sobre eles.”

Segundo o programa da iniciativa, **cada dia foi dedicado a um tema**. O primeiro dedicado a assuntos políticos, o segundo dedicado a temas económicos e o terceiro a temas relacionados com valores e desafios de futuro da União. Num dos dias, os trabalhos da manhã decorreram na Assembleia da República, que os alunos tiveram oportunidade de visitar. Carlos Coelho destacou que *“os desafios que a União enfrenta hoje são múltiplos e exigentes. Foi importante discutirmos os principais e, acima de tudo, contar com a visão dos mais jovens sobre eles. Creio que, na abertura, **Rui Rio**, Presidente do PSD, revelou bem a importância de contar com essa perspectiva e a forma como os alunos participaram demonstrou que podemos confiar nela”*. “Estamos a aproximar-nos de importantes eleições para o Parlamento Europeu, num ano em que o **Brexit** está no calendário e em que

*estamos a negociar importantes questões, como o **Quadro Financeiro Plurianual**, pelo que instar estes jovens a participar, dando consequência às suas propostas, é mais que uma prioridade: é uma urgência”* rematou o social-democrata.

Na iniciativa participaram personalidades como o finlandês **Alexander Stubb**, o luxemburguês **Frank Engel**, o polaco **Tadeusz Zwiefka**, a britânica **Julie Girling**, a vice-presidente do PSD **Isabel Meireles**, os ex. ministros **Álvaro Santos Pereira** e **Maria da Graça Carvalho**, quase todos os Deputados Espanhóis (do PPE) do Parlamento Europeu e os deputados **Paulo Rangel**, **Sofia Ribeiro** e **José Manuel Fernandes** do Parlamento Europeu e **Fernando Negrão**, **Duarte Pacheco**, **Regina Bastos**, **Duarte Marques** e **Inês Domingos** da Assembleia da República. 

Festa da Europa junta 3000 pessoas na Malafaia

A Festa da Europa foi uma iniciativa dos Deputados **Paulo Rangel** e **José Manuel Fernandes** que visou mobilizar a rede autárquica do PSD Norte na defesa do projecto Europeu. Nesta edição estiveram os autarcas dos distritos de Braga, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo e Porto que participam no Conselho Estratégico Multi-Distrital. A Festa da Europa teve lugar na Quinta da Malafaia (Esposende), no dia 24 de novembro de 2018. Houve intervenções políticas do Presidente do PSD, Rui Rio, do Chefe da Delegação do PSD no Parlamento Europeu, Paulo Rangel, do Deputado coordenador do PPE para a Comissão de Orçamentos, José Manuel Fernandes, da recém-eleita Presidente do YEPP (organização de jovens do PPE), a portuguesa Lídia Pereira e do Presidente da Câmara Municipal de Esposende, Benjamim Pereira. Enviaram ainda mensagens vídeo o líder do Grupo PPE e Spitzenkandidaten da família política europeia do PSD, Manfred Weber e o Presidente do PPE, Joseph Daul.

Paulo Rangel afirmou: *“O principal objectivo desta iniciativa foi agradecer publicamente aos autarcas da nossa região o seu trabalho em defesa de uma Europa próxima das pessoas e das terras. Numa altura em que a União Europeia vive momentos de incerteza e de alguma fragilidade é muito importante para Portugal e para o PSD contar com esta fortíssima implantação territorial e com a motivação dos nossos líderes locais. Esta Festa da Europa é uma forma de reforçarmos a aliança Autarquias- Europa porque mais do que uma ideia ou um projecto a União Europeia são os rostos e as terras de cada um dos nossos 500 milhões de cidadãos.”* 



Portugal recebeu Cimeira Internacional sobre o Diálogo Inter-religioso

Portugal foi o destino escolhido pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu, o maior grupo político do Parlamento Europeu, para a realização da XXI Cimeira internacional do Grupo de Trabalho para o diálogo intercultural entre Igrejas e Instituições Religiosas. As últimas 3 edições decorreram na Croácia, Itália e República Checa. **Paulo Rangel**, anfitrião e coorganizador da Cimeira afirma: *“Portugal foi o local certo para discutir as questões relacionadas com o diálogo inter-religioso. Não só pela nossa posição geográfica, de país mais ocidental da Europa, mas também pela nossa experiência secular de evangelização a nível global. Estou certo que esta Cimeira que se realizou a poucos meses das eleições europeias e num momento geopolítico muito peculiar ficou na história como um momento muito relevante.”* Sob título genérico: *“Que Europa queremos?”* cerca de 100 participantes de diversas proveniências nacionais e religiosas, estiveram reunidos na Ericeira entre os dias 18 e 19 de Outubro.

Na abertura da Cimeira, além dos coordenadores do Grupo de Trabalho do PPE para o diálogo inter-religioso estavam também: a presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD no Parlamento Europeu, Paulo Rangel, e o Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Hélder Sousa Silva. Além dos deputados do Grupo PPE ao Parlamento Europeu, encontravam-se entre os participantes jornalistas nacionais e internacionais, representantes de diversas confissões religiosas, representantes de organizações não governamentais, académicos, etc. Entre os oradores, destaque para a presença do Secretário Geral da Comissão dos Episcopados da União Europeia, o Sacerdote Dominicano Olivier.

Um dos pontos altos, à margem da Cimeira, foi o encontro em Fátima com o Cardeal D. António Marto, Bispo de Leiria-Fátima. O jantar de quinta-feira, 18 de Outubro, que teve lugar no Palácio Nacional de Mafra, contou com a presença do Presidente do Grupo Parlamentar do PPE, Manfred Weber, e do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD no Parlamento Europeu, Paulo Rangel. Além do Futuro da Europa, no programa constaram também painéis sobre temas diversos como Juventude, Família, Educação, Paz e Segurança. 



Paulo Rangel, anfitrião e coorganizador da Cimeira afirma: “Portugal foi o local certo para discutir as questões relacionadas com o diálogo inter-religioso. Não só pela nossa posição geográfica, de país mais ocidental da Europa, mas também pela nossa experiência secular de evangelização a nível global”.



Carlos Coelho aprova novas regras para as telecomunicações - Preços mais baratos nas chamadas e sistema de alerta de catástrofes

O Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo, a Directiva que estabelece o **Código Europeu das Comunicações Electrónicas**, que contou com o apoio do eurodeputado **Carlos Coelho**.

Esta nova Reforma acordada entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros trará alterações como:

- **uma maior proteção dos consumidores;**
- um **limite máximo para o preço das chamadas internacionais** na UE;
- a implantação rápida e alargada das **redes 5G** e de outras tecnologias da próxima geração em toda a Europa;
- facilita ao de mudança de operador,

- melhor proteção às pessoas que subscrevem serviços agregados;
- criação de um **sistema de alerta público em situações de emergência**.

Para Carlos Coelho, Membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores, *"a evolução do sector das comunicações na última década tornou urgente redefinir a legislação neste domínio passando agora os consumidores a beneficiar em toda a Europa de um nível de proteção semelhante e mais elevado no que respeita aos serviços que subscrevem."*

O social-democrata regozijou-se que as Emendas por si apresentadas juntamente com

outros colegas **"amigos do 112"** tenham sido incorporadas neste código permitindo a criação de um **sistema de alerta em caso de catástrofes naturais ou atentados terroristas** obrigatório em todos os Estados-Membro e melhorias no que respeita ao **Número de Emergência Europeu 112**.

Carlos Coelho, Membro da Plataforma **"MEP 112 Champions"** afirmou que *"este pequeno grande passo vem carregado de simbolismo ao ser aprovado um dia depois do 3º aniversário dos atentados de Paris. Para mim, esta proposta mostra a razão pela qual a cooperação europeia é vital. É um bom exemplo entre o elo da acção europeia e o Salvar Vidas!"* 

Sofia Ribeiro quer autonomia do desenvolvimento rural

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** viu ser aprovado um conjunto de medidas que considerou positivas para as Regiões Ultraperiféricas, incluindo os Açores, com a aprovação do Relatório intercalar sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, o qual expressa a posição da Comissão parlamentar da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No documento, Sofia Ribeiro pediu a autonomização **"por completo"** dos Planos de Desenvolvimento Rural das Regiões Ultraperiféricas, *"de modo a serem negociados e tratados directamente com a União Europeia e não terem de estar dependentes dos Planos de Desenvolvimento Rural nacionais, à semelhança do POSEI no primeiro pilar da Política Agrícola Comum"*, numa lógica que considerou **"fundamental"**. *"Temos de explorar ao máximo as potencialidades do artigo 349º do Tratado. Ainda temos muitas áreas em*

que podemos de facto consubstanciar o nosso estatuto a nível europeu e desde a primeira hora que defendo este desígnio".

Em conjunto com os restantes deputados das RUP, a social-democrata requereu o aumento das dotações orçamentais, no Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, para o programa POSEI, dirigido a estas regiões, *"que estão ainda fortemente afetadas pela crise"* e estão expostas *"a desvantagens como grande afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis e dependência económica em relação a um pequeno número de produtos"*, tendo acrescentado que foi contactada para apoiar uma iniciativa *"mais defensiva, mais cautelosa, de manutenção do POSEI"*. *Ora, como a minha intenção era aumentar este envelope financeiro, afirmei que só poderia ser coautora desta proposta se de facto todos fossemos am-*

biciosos na defesa dos nossos interesses, e assim, com a concordância dos deputados das RUP, solicitámos o aumento do POSEI, até porque este já foi aprovado noutros documentos da minha iniciativa, por isto, considerei que não deveríamos baixar a fasquia. Em boa hora o fizemos, pois foi novamente aprovado pelos colegas da Agricultura", referiu.

"Por tudo isto, fico muito satisfeita com o resultado desta votação, que aprova medidas importantíssimas para os Açores, depois de a Comissão Europeia também ter assegurado que o POSEI não sofreria cortes. Mas queremos mais. Numa altura em que as principais decisões estão a ser tomadas, estas são posições que desempenham um papel crucial na realização dos meus objetivos de defesa de quem represento ao longo deste mandato", frisou Sofia Ribeiro. 



Comissão Europeia responde a Carlos Coelho sobre um carregador comum em toda a UE

A Comissária Elizabeta Bienkowska respondeu a **Carlos Coelho** lamentando que o novo Memorando de entendimento para harmonizar os carregadores de telemóveis fique aquém das expectativas, sublinhando a importância estratégica desta iniciativa e anuncia que a Comissão está determinada em empreender novas medidas para uma possível acção regulatória no âmbito da Directiva de Equipamentos de Rádio no Mercado.

Para Carlos Coelho, Membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores **“é lamentável que não se tenha conseguido chegar depois deste tempo todo a uma solução entre os representantes da Indústria. É ridículo os utilizadores que pretendem substituir os seus telemóveis verem-se obrigados a comprar um novo carregador, independentemente do estado em que se encontra aquele que já têm”**.

Actualmente, existe uma grande variedade de carregadores de telemóveis na UE. **Muitos deles apenas servem para carregar um único tipo de telemóvel.** Quase todas as famílias possuem uma colecção de carregadores que se tornaram supérfluos com o tempo. Os carregadores velhos produzem actualmente vários milhares de toneladas de resíduos por ano.

A Comissão Europeia apelou em 2009 à indústria no sentido de assumir um compromisso voluntário para resolver este problema, evitando-se assim a adopção de nova legislação. Na sequência desse pedido, os principais fabricantes aceitaram harmonizar os carregadores dentro da UE através de uma base voluntária.

Em 2014 o Parlamento aprovou a revisão da directiva que estabelece regras para a colocação no mercado, a livre circulação e a colocação em

serviço na UE dos equipamentos de rádio e dos equipamentos terminais de telecomunicações, e que exigia que **“os telemóveis colocados no mercado deverão ser compatíveis com um carregador comum”**.

Contudo os avanços feitos neste domínio são ainda muito insatisfatórios. Para o social-democrata **“estes atrasos contínuos da indústria demonstram uma má fé para com os interesses superiores das sociedades. Assisti a esta reza de boas intenções sem resultados práticos variadas vezes...com o Roaming, com o eCall, com o Número de Emergência Europeu”**.

“Precisamos de medidas regulamentares concretas e de acção por parte da Comissão. Não podemos esperar pelas boas intenções voluntárias dos gigantes da indústria electrónica e como reza o provérbio, a desculpas de mau pagador, olhos de mercador...” 

Sofia Ribeiro defende abordagem personalizada ao problema dos jovens NEET

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu uma ação conjunta entre as várias entidades para analisar os problemas dos jovens *NEET* (que não estudam, não trabalham, nem recebem formação). A Eurodeputada interveio durante a iniciativa **“Jovens NEET nas Zonas Rurais”**, que organizou no Parlamento Europeu, em Bruxelas, em resposta a um desafio colocado pelo investigador Açoriano no ISCTE, Francisco Simões.

A conferência quis perceber as vulnerabilidades que os jovens das zonas rurais estão a enfrentar na transição entre os estudos e o mercado de trabalho. **“Todos sabemos que os jovens estão ainda a sofrer os efeitos da crise financeira e económica, e os jovens das zonas rurais, das zonas de montanha e das regiões ultraperiféricas como os Açores, representam efetivamente um desafio extra para a União Europeia”**, referiu Sofia Ribeiro.

Em 2017, um em cada cinco jovens da União Europeia foram considerados *NEET*,



representando aproximadamente **15.8 milhões** de jovens. Os números mostram que, no mesmo ano, a parcela de jovens *NEET* na União Europeia era mais baixa nas cidades, representando 15,6%, do que em zonas rurais, com cerca de 19%. A Social-democrata sugeriu que os desafios que os jovens enfrentam devem ser analisados **“de forma específica e personalizada”**: **“Cada caso é um caso; cada região é uma região e não podemos tratar estes problemas de uma forma padronizada”**, observou. Sofia Ribeiro explicou que devem ser criados **“canais de comunicação que evidenciem a importância das novas tecnologias em contexto de aprendizagem e de**

formação ao longo da vida”.

Para Sofia Ribeiro, os jovens devem participar ativamente na criação destas soluções: **“a sua iniciativa e as suas ideias inovadoras devem ser a chave para atualizar e renovar nestas questões. É altamente necessário garantir apoios adequados para uma renovação geracional no setor agrícola”**, recordou a Deputada açoriana, que acrescentou: **“Não significa que se tire uns, para colocar outros; significa que conseguimos trazer novas práticas, novos conhecimentos e melhores formas para se produzir de forma sustentável”**.

Ao finalizar Sofia Ribeiro alertou para **“a importância de existirem dados fidedignos e harmonizados que possam ajudar a delinear políticas e a criar soluções, algo que não existe nos Açores”**, corroborada pelo investigador Francisco Simões, orador da conferência. Ao painel juntou-se ainda a recém-eleita Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu, **Lídia Pereira**, e representantes da Comissão Europeia nos setores do Emprego e da Agricultura. 

Fernando Ruas apela a união de esforços para a conclusão do Acordo Comercial UE - Mercosul

Fernando Ruas interveio na Comissão de Comércio Internacional a propósito do ponto de situação do Acordo Comercial UE-Mercosul, que está novamente perante um impasse, 20 anos após o início das suas negociações.

Na qualidade de Presidente da Delegação da UE para as Relações com a República Federativa do Brasil, Fernando Ruas sublinhou que **“o Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de tamanho, o sexto em termos de população, o nono em Produto Interno e a maior economia do Mercosul - representando cerca de 75% do seu PIB total, (não contando com a Venezuela) e um actor mundial proeminente.”** Nessa condição referiu ainda que **“foi criada a Parceria Estratégica UE-Brasil em julho de 2007,**

no seguimento da Primeira Cimeira UE-Brasil e que inclui áreas de grande importância como a luta contra as alterações climáticas, energia sustentável, alívio da pobreza, integração do Mercosul ou ainda os processos relacionados com a promoção da estabilidade e prosperidade na América Latina”.

Numa altura em que existem ainda algumas áreas do acordo que carecem de maior negociação e cedência de ambos os blocos, o deputado europeu relembrou que **“a importância intrínseca do Grande Mercado Sul Americano do Mercosul e a posição protecionista da Administração Trump, só podem encorajar e conduzir ao estreitamento das relações euro-latino-americanas e as euro-brasileiras em particular”**.

Pese embora seja ainda cedo para saber qual vai ser a visão comercial do novo líder brasileiro e, simultaneamente, quem serão os novos protagonistas europeus no próximo ano, Fernando Ruas considera que o **“o importante, e o que interessa aos europeus e aos nossos parceiros sul-americanos, é que no final e tão próximo quanto possível, se ultime um texto que vá ao encontro do que é melhor para todos nós, que nos aproxime, nos simplifique a vida quotidiana (e as trocas comerciais), nos traga maior liberdade de escolha e, obviamente, um custo menor para os produtos que temos ao nosso dispor, defendendo (e promovendo) ainda os nossos princípios, o nosso modelo social e os fundamentos da nossa economia”**. 

O Cartão de Cidadão vai ser europeu!

A Comissão de Liberdades, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu aprovou uma proposta de relatório sobre o **reconhecimento dos cartões de identificação nacionais por todos os Estados-Membros**. Carlos Coelho é o negociador do Partido Popular Europeu (PPE) para este relatório.

No último verão, foram reportados dezenas de casos de portugueses que viram o seu **cartão de cidadão recusado como meio de identificação**, sobretudo na Alemanha. Com este novo regulamento, vamos **impedir que situações destas se repitam**.

Carlos Coelho começou por sublinhar que *“enquanto país de emigrantes, é crucial que o **nosso Cartão de Cidadão seja aceite noutros países europeus**. Hoje, contudo, muitos portugueses enfrentam ainda obstáculos no acesso a serviços elementares, públicos e privados, nos países de acolhi-*



*mento, devido ao formato não conforme do nosso cartão de cidadão. Com este novo regulamento, iremos **garantir que estes problemas desaparecem**. A livre circula-*

ção vai ficar mais fácil. Tudo irá depender da rapidez do Governo para implementar estas medidas”.

*“Portugal inclui já impressões digitais nos cartões de cidadão a partir dos seis anos, essencial para a **luta contra os raptos e tráfico das nossas crianças**. Conseguimos que a posição do Parlamento Europeu seja de alargar esta boa prática a toda a Europa”.*

Carlos Coelho assinalou por fim que *“cerca de **40.000 documento de identificação foram falsificados nos últimos seis anos**. Há centenas de modelos de autorizações de residência e cartões de cidadão na Europa. São o documento mais falsificado na fronteira e dentro do nosso território. Ao harmonizarmos o formato destes documentos e introduzindo estas novas medidas contra a sua falsificação, vamos também **garantir mais segurança em Schengen**”.*

Sofia Ribeiro modera debate no Congresso do PPE

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** presidiu o debate sobre **O Futuro do Estado de Providência**, evento que ocorreu à margem do Congresso do PPE.

No painel foi abordada a necessidade de continuar a proteger o Estado Social *“que constitui um pilar Europeu sem paralelo no resto mundo. Este é um modelo que se encontra sob pressão face às alterações demográficas e também atendendo aos novos desafios associados à digitalização e aos seus efeitos no mercado de trabalho”*, realçou Sofia Ribeiro.

A reunião magna da direita europeia ocorreu a 7 e 8 de novembro em Helsínquia, e elegeu Manfred Weber como candidato do PPE à Comissão Europeia, para as eleições de maio de 2019.



Propostas de Fernando Ruas para o programa LIFE aprovadas

No âmbito da discussão e apresentação de propostas de alteração aos Regulamentos do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, nomeadamente os relativos aos Regulamentos: das Disposições Comuns, do FEDER e Fundo de Coesão, do Programa LIFE e do Programa Interreg, **Fernando Ruas** apresentou algumas dezenas de propostas de alteração a estes Regulamentos no âmbito do seu trabalho na Comissão de Desenvolvimento Regional (REGI), com o apoio de diversos colegas.

Para o programa **LIFE**, Fernando Ruas foi o relator-sombra do parecer da **Comissão REGI** tendo visto aprovadas as suas 14 propostas de alteração, das quais destacamos a importância de ser dado um maior enfoque à vertente territorial destas políticas e à divulgação das melhores práticas, bem como ao papel que deverá ser desempenhado pelas Autoridades Locais e Regionais, muito particularmente no âmbito do reforço da Governação Multinível; da importância das Regiões ultraperiféricas e da necessidade de ser prestada uma atenção

muito concreta às suas especificidades; sendo ainda aprovado pela **Comissão REGI** a sua proposta de se clarificarem, no âmbito deste Programa, a comparticipação de Campanhas de sensibilização ambiental, efectuadas nos órgãos de comunicação social.

Fernando Ruas mostrou-se satisfeito pelo facto das suas propostas terem sido aprovadas e espera que a calendarização da aprovação pelo Parlamento Europeu destes importantes Regulamentos continue a ser respeitada. 

PARLAMENTO EUROPEU SALVAGUARDA PESCA ARTESANAL NAS RUP Cláudia Monteiro de Aguiar propôs que capturas acidentais possam ser descarregadas em lota desde que não tenham impacto nos stocks

Cláudia Monteiro de Aguiar fez aprovar no Parlamento Europeu uma proposta que permite que os peixes pescados acidentalmente possam ser descarregados pelos pescadores na lota, até à exaustão da sua quota, desde que disso não resulte prejuízo para os stocks das espécies capturadas.

A emenda, votada favoravelmente em Plenário em Estrasburgo, prevê, contando que não intensifique o impacto na biomassa, a autorização de desembarque das capturas acessórias na pequena pesca costeira e artesanal nas Regiões Ultraperiféricas.

A Coopesca Madeira, bem como outras entidades, já tinha feito chegar a Bruxelas as suas preocupações nesta matéria. Através de uma carta enviada à Eurodeputada Madeirense o presidente da Coopesca explica que as quotas estabelecidas para Portugal estão a provocar enormes dificuldades à frota atuneira madeirense.

O dirigente fundamenta expondo que as *"quotas irrisórias somente prejudicam os pescadores da Madeira que acabam por acarretar com as consequências da péssima*



gestão das frotas industriais de outros países que simplesmente delapidam os recursos".

Com esta proposta, Cláudia Monteiro de Aguiar espera que as embarcações de pequena pesca costeira e artesanal possam melhorar as suas condições e posiciona-se do lado dos pescadores das RUP, uma vez que tem trabalhado para que o melhoramento das quotas para Portugal seja debatido.

O relatório final, onde está incluída a proposta da Eurodeputada terá agora de ser negociado também com o Conselho, constituído pelos governos dos Estados-Membros, para se chegar a um acordo final.

Nota:

A pesca acessória ou acidental é a captura de espécies diferentes da espécie-alvo de uma pescaria.

A frota das RUP representa 4.4% da frota de pesca europeia e é constituída em 91% por embarcações de pequena pesca costeira e artesanal. Os principais peixes pescados nas zonas marítimas que rodeiam o território madeirense são o peixe-espada preto e os atuns, representando cerca de 85% das capturas totais.

O relatório, onde a emenda foi proposta e aprovada, é sobre o plano plurianual para as unidades populacionais de peixes nas águas ocidentais e águas adjacentes, e para as pescarias que exploram essas unidades populacionais, inclui as águas territoriais portuguesas e afeta diariamente o setor das pescas nacional. 

Carlos Coelho questiona Comissão Europeia sobre dragagens no Rio Sado

Carlos Coelho questionou a Comissão Europeia sobre a **utilização de fundos comunitários para financiar as dragagens no Rio Sado**. Na pergunta parlamentar, o social-democrata afirma que o **Porto de Setúbal incumpriu os deveres de auscultação da população** e exige uma posição da Comissão sobre o cofinanciamento comunitário.

O Eurodeputado do PSD afirma estar **“muito preocupado com o avanço deste projecto por três razões fundamentais. Em primeiro lugar, tanto quanto sei, os deveres de auscultação da população foram incumpridos, caso contrário esta mobilização de cidadãos para que sejam ouvidos não teria a dimensão que conhecemos. Ouvir os cidadãos e, em concreto, os mais interessados, como as organizações ambientais e agentes económicos (operadores turísticos e pescadores, por exemplo), não é só um dever legal, mas uma exigência de defesa do interesse público e dos direitos de participação dos cidadãos. Em segundo lugar, tratando-se de uma obra cofinanciada em larga medida por fundos**

comunitários (designadamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do COMPETE2020) não podemos aceitar nenhuma falha de transparência. A União Europeia não é uma fonte inesgotável de dinheiro para qualquer obra. Os fundos comunitários servem para promover a coesão e a competitividade, com o apoio dos cidadãos e não contra eles. Em terceiro lugar, preocupa-me o facto do próprio estudo de impacto ambiental apontar riscos para o Estuário do Sado e o seu ecossistema que não creio estejam a ser considerados convenientemente. Todos concordamos que a região de Setúbal precisa de um porto competitivo para promover o crescimento económico e o emprego, mas nenhuma estratégia de desenvolvimento pode colocar em causa a sustentabilidade ambiental. Não estou convencido que a dragagem de mais de seis milhões de metros cúbicos de areia seja sustentável, mas também aqui creio que mais pessoas e entidades deviam ter sido ouvidas”.

Carlos Coelho acrescentou que **“o alerta que me foi feito por vários cidadãos e, em particular,**

pelo Vereador do PSD na Câmara Municipal de Setúbal, motivou esta iniciativa junto da Comissão Europeia, mas sei que há iniciativas a nível local e junto da Assembleia da República para a necessária e urgente clarificação dos motivos, natureza e consequências destas dragagens. Espero que este ímpeto de participação continue e obrigue o Porto de Setúbal, que prossegue interesses públicos na sua acção, a respeitar os seus deveres de audição dos interessados, de transparência e de garantia do princípio da prevenção ambiental”.

O projecto de melhoria de acessibilidade marítima ao Porto de Setúbal, promovido pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), está a gerar uma forte polémica junto da população do concelho e da região. Movimentos espontâneos de cidadãos e agentes económicos e da sociedade civil têm protagonizado protestos contra a obra, têm exigido o cumprimento das obrigações de auscultação da população e têm recorrido a tribunais para travar o avanço das dragagens do Estuário do Rio Sado. 

PARLAMENTO EUROPEU APROVA FINANCIAMENTO INÉDITO PARA O SECTOR DO TURISMO

Cláudia Monteiro de Aguiar classifica a aprovação desta verba como “uma vitória”

O Turismo é, deste o início do mandato, uma das principais bandeiras e preocupações da Eurodeputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** e foi por isso que a Deputada Madeirense viu com satisfação a aprovação da posição do Parlamento Europeu para o próximo Quadro Financeiro Plurianual pós-2020 (QFP) que consagra um financiamento inédito para o turismo sustentável.

Ao contrário da proposta inicial da Comissão Europeia, os Eurodeputados pedem para o QFP uma linha orçamental para o Turismo Sustentável e viram esse apoio aprovado em Plenário, em Estrasburgo, num valor que ronda os 330

milhões de euros para um período de 7 anos.

“É uma vitória pois trata-se de um apoio financeiro sem precedentes para um sector que é a terceira atividade mais importante na União Europeia. Para que os destinos turísticos tenham qualidade e sustentabilidade são necessárias medidas concretas que ajudem as empresas a dar conta dos desafios que atualmente enfrentam. É preciso lembrar que o Turismo emprega cerca de 17 milhões de pessoas e contribui para cerca de 10% do PIB do bloco europeu”, referiu a Eurodeputada, que é também presidente do Grupo Europeu do Turismo, na SME Europe, organização que representa as

Pequenas e Médias Empresas na UE.

Aprovado, o relatório segue para o Conselho Europeu, constituído pelos Governos dos Estados-Membros. **“Espero que o Conselho faça a vontade do Parlamento Europeu e crie este financiamento que beneficia este sector tão importante para Portugal e para a Europa”**, continuou Cláudia Monteiro de Aguiar, que recordou ainda o relatório no qual foi corelatora, aprovado em outubro de 2015, designado **“Novos desafios e ideias para o fomento do Turismo na Europa”**, e onde apresentou pela primeira vez a presente proposta, em conjunto com Eurodeputados espanhóis. 

Luz verde para o novo Mecanismo de Proteção Civil da UE!

Representantes da Comissão Europeia e do Conselho Europeu e o eurodeputado **José Manuel Fernandes**, pelo Parlamento Europeu, chegaram a acordo para financiar o novo Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, utilizando meios próprios e recursos extraordinários.

José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, salienta que *“o novo mecanismo de proteção civil da União Europeia tem um impacto direto na vida dos cidadãos europeus, por trazer ganhos objetivos em termos de eficiência de meios e equipamentos, custos de funcionamento e capacidade de resposta a situações de emergência e catástrofe, como foi o caso dos devastadores incêndios florestais do ano passado em Portugal”*.

“Este novo mecanismo de proteção civil reforça a proteção da vida dos europeus, sendo particularmente importante para Portugal. Por isso, acelerámos as negociações para que o mecanismo esteja em funcionamento, com novos meios, antes do verão de 2019”, aponta o eurodeputado.

O novo serviço de proteção civil – onde se destaca o *RescEU* – vem permitir que a UE passe a



ficar dotada de uma reserva de meios próprios de proteção civil para fazer face a catástrofes em qualquer Estado-Membro. Inclui aviões de combate a incêndios e bombas de água especiais, hospitais de campanha, entre outros equipamentos.

“Para 2019 e 2020 haverá um reforço de 205,6 milhões de euros para salvar vidas humanas. O PPE defendeu, com sucesso, que este reforço de meios adicionais não implicasse

nenhum corte nos programas destinados ao crescimento, juventude, coesão e emprego”, esclarece José Manuel Fernandes.

O Mecanismo prevê ainda ajudas aos Estados-Membros para reforçarem as respetivas capacidades nacionais, financiando a adaptação, a reparação, o transporte e os custos operacionais dos recursos, para fazer face a desastres naturais da UE. 

Sofia Ribeiro questiona eficácia das políticas sociais

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** afirmou que as políticas sociais europeias não estão a ser implementadas de forma eficaz. A crítica foi feita no debate sobre regimes de rendimentos mínimos, na sessão plenária, em Estrasburgo.

“Na UE, cerca de 120 milhões de cidadãos europeus estão em risco de exclusão social”, começou por explicar a social-democrata, acrescentando que, *“no caso dos Açores, 25% dos beneficiários em idade ativa estão dependentes de rendimentos sociais de inserção”*.

Sofia Ribeiro alertou para o facto de apesar de, no último ano, já não estarmos em crise económica e social, *“os números de beneficiários de rendimento social de inserção nos Açores e em Portugal têm vindo a aumentar dramaticamente. Alguma coisa não está a correr bem”*, lamentou.

Para a Eurodeputada é necessário apostar na prevenção, *“com os devidos apoios ao nível do mercado de trabalho”*, e também apostar na educação e na formação adequada às exigências do mundo laboral. *“É preciso que o rendimento mínimo seja essencialmente*

uma política de inserção e não uma política de subsidi dependência”, frisou. A proposta é utilizar equipas multidisciplinares *“para que não estejamos apenas a dar um apoio à nossa sociedade, mas a garantir a progressão social”*.

“O pilar europeu dos direitos sociais é um bom instrumento para que isso aconteça, mas é preciso que o implementemos nos nossos Estados-membros de forma a que efetivamente as pessoas sintam que têm uma Europa melhor”, finalizou Sofia Ribeiro. 

Parlamento Europeu aprova 'InvestEU'

para 700 mil milhões de euros em investimentos

O Eurodeputado do PSD **José Manuel Fernandes** viu aprovada, pelas comissões dos orçamentos e dos assuntos económicos do Parlamento Europeu, a criação do programa **'InvestEU'**, reforçando para 700 mil milhões de euros o montante global de investimentos públicos e privados a mobilizar na União Europeia no período 2021 a 2027.

Desenhado para dar continuidade ao atual **'Plano Juncker'** e substituir todos os instrumentos financeiros da UE, o **'InvestEU'** *fortalece a capacidade de investimento nas infraestruturas, na investigação e inovação, no apoio às PME e na área social e qualificação as pessoas*”.

“O 'InvestEU' é um excelente instrumento para a criação de emprego e o reforço da competitividade da União Europeia. Promove o crescimento inclusivo e reforça o investimento na área social”, sublinha José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na comissão dos orçamentos.

Por força da posição defendida pelo Eurodeputado do PSD e correlator para o **'InvestEU'**, a estimativa de investimento mobilizado do novo programa passou dos 650 mil milhões de euros previstos na proposta inicial da Comissão Europeia, para os 700 mil milhões de euros.

Para isso, vai ser aumentado o capital de garantia a disponibilizar para sustentar os instrumentos financeiros previstos no **'InvestEU'**, passando dos 38 mil milhões de euros para 40,82 mil milhões de euros assegurados através do orçamento da UE.

O Eurodeputado português adianta ainda que, na estrutura de funcionamento do **'InvestEU'**, estão previstos dois compartimentos: o da UE, a funcionar com a garantia do orçamento da UE, e o dos Estados-Membros, que podem reforçar o aprovisionamento da garantia da UE direcionando, voluntariamente, até 5% dos seus Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para projetos nos respetivos países.

“Desta forma, Portugal pode alocar, sem concurso, um montante extra de mais de 50



José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na comissão dos orçamentos, sublinha:

“O 'InvestEU' é um excelente instrumento para a criação de emprego e o reforço da competitividade da União Europeia. Promove o crescimento inclusivo e reforça o investimento na área social”,

mil milhões de euros para projetos de investimentos, para além de se poder candidatar aos 700 mil milhões de euros, ao abrigo do compartimento comum da UE”, desafia o eurodeputado.

Conclui José Manuel Fernandes: *“Portugal não pode desperdiçar esta oportunidade e tem de definir os projetos que pretende executar. Precisamos de investimentos públicos e privados que modernizem e tornem Portugal mais competitivo”*.

O relatório conjunto dos eurodeputados José Manuel Fernandes, pela Comissão dos Orçamentos, e Roberto Gualtieri, pela Comissão dos Assuntos Económicos, foi aprovado por uma larga maioria em sessão conjunta das duas comissões, com 52 votos a favor, 5 contra e três abstenções. Em janeiro, na próxima sessão plenária de Estrasburgo, deverá acontecer a votação final do documento, que define a posição do Parlamento Europeu no processo de codecisão que envolve ainda a Comissão Europeia e o Conselho. 

Fernando Ruas participa em Fórum sobre Descentralização Administrativa

O Deputado Europeu participou, no passado mês de novembro, numa iniciativa promovida pelo Núcleo Residencial da JSD da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, sobre a Descentralização do Poder Administrativo.

Num ambiente descontraído e com uma plateia de jovens expressiva e muito participativa, **Fernando Ruas** contextualizou a realidade europeia no que diz respeito à descentralização administrativa nos diversos Estados-Membros-centrando-se obviamente em Portugal, num painel que contou ainda com as intervenções do Sr. Presidente da Câmara Municipal Emídio Sousa, na vertente local e com a visão académica do Prof. Carlos Guimarães Pinto. 



PARLAMENTO EUROPEU COM 'GOSTINHO' MADEIRENSE Evento promovido por Monteiro de Aguiar contou com o comissário Carlos Moedas

A O que é que a combinação de poncha, lapas, bolo do caco, chouriço, atum com cebolada, milho frito, gaiado, carne vinha d'alhos, requeijão, vinho Madeira, bolos de mel, queijadas, broas de mel, bananas, peras abacate, anonas e maracujás significa? Significa Madeira. E foi isso que a Eurodeputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** quis dar a conhecer ao Parlamento Europeu: o verdadeiro gosto madeirense, mesmo que a ilha esteja a 2.700 quilómetros de Bruxelas.

O evento 'Tasting Madeira' promovido pela Deputada Madeirense, em parceria com Associação de Promoção da Madeira, no dia 27 de novembro, contou com a presença do Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, na abertura, além do Governo

Regional da Madeira, Eurodeputados de outros países, da Representação Portuguesa em Bruxelas e de Guilherme Silva, presidente da Comissão Executiva das Comemorações dos 600 Anos do Descobrimento da Madeira e do Porto Santo.

"É preciso lembrar a importância das Regiões Ultraperiféricas, não só no contexto nacional, mas também europeu", começou por explicar Cláudia Monteiro de Aguiar. *"Após os inúmeros prémios que a Madeira ganhou nos World Travel Awards e da notoriedade que tem vindo a alcançar ao longo dos anos, recolhendo galardões como o 'Maior Espetáculo Pirotécnico do Mundo' ou a nomeação como a 6.ª melhor ilha do mundo para férias, entre outros títulos, achei que este era o momento de divulgar o que de melhor temos na região dentro do*

Parlamento Europeu, não só em iguarias, mas dando a conhecer também tradições e expondo o talento regional que temos."

E precisamente porque não só da gastronomia se faz a ilha, Duarte Sol, fotógrafo madeirense, foi convidado a expor as suas capturas ao longo do evento no Parlamento Europeu. Imagens que mostram o Destino Madeira do mar à montanha. Em termos musicais, diretamente da região, veio a Orquestra de Bandolins da Madeira, composta a 100% por madeirenses, deu um pequeno concerto para os convidados, trazendo um repertório variado.

Ainda como parte do programa, houve no dia 28 de novembro, no Parlamento Europeu um Madeira Wine Tasting para dar a provar os diferentes tipos de Vinho Madeira existentes. 

Rangel critica ausência de Centeno no debate sobre Eurogrupo: “Onde está o Wally?”

O deputado **Paulo Rangel** acusou o presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, de falta de comparência no debate sobre as conclusões da última reunião do Eurogrupo, que decorreu no passado dia 12 de dezembro em Estrasburgo. Paulo Rangel, que intervinha no debate da sessão plenária do parlamento Europeu, começou por perguntar: *“onde está o Wally?”* para depois acusar Mário Centeno de ter *“falhado”* por completo a reforma da zona euro. *“Compreende-se que ele (Mário Centeno) não venha porque falhou na sua tarefa. São decepcionantes os resultados da cimeira do Eurogrupo: não há progresso na União bancária, não há seguro de depósitos, não há progresso na capacidade orçamental.”*

O chefe da delegação portuguesa do PSD deixou ainda uma segunda interpretação para ausência de Mário Centeno acusando o Ministro de *“dualidade”*. Afirma: *“(Mário Centeno) como ministro das finanças diz que o orçamento é histórico e como presidente do Eurogrupo afirma que o orçamento põe em causa a sustentabilidade do caminho de Portugal....Por isso não dá a cara perante os parlamentares europeus”*. À margem do



debate, na rede social instagram, Paulo Rangel publicou uma fotografia do local onde era suposto estar sentado o presidente do Eurogrupo mostrando uma cadeira vazia.

Sublinhou ainda que nenhum deputado socialista português usou da palavra durante o debate para defender o ministro das finanças do Governo de António Costa. 

Carlos Coelho exige acção da Comissão contra o Facebook

Carlos Coelho dirigiu uma pergunta parlamentar prioritária à Comissão Europeia, exigindo ao executivo comunitário que esclareça **que tipo de acções vai tomar para sancionar o Facebook, ressarcir os utilizadores** lesados com a violação dos seus dados e **garantir o fim das práticas** de negociação de dados pessoais entre empresas.

Segundo um relatório do Parlamento britânico, o **Facebook** terá negociado com outras empresas da economia digital (designadamente com o **Netflix** e o **Airbnb**) a **comercialização de dados pessoais de utilizadores**, com o objectivo de aumentar as receitas provenientes da publicidade destas plataformas e de garantir reciprocidade no acesso a dados pessoais. O

Deputado ao Parlamento Europeu recordou que **“ainda há poucos meses fomos confrontados com um escândalo sem precedentes: a utilização de dados pessoais de utilizadores do Facebook para conceber campanhas eleitorais. O caso Cambridge Analytica foi mais que uma violação do direito fundamental dos cidadãos à protecção de dados, mas um verdadeiro ataque ao Estado de Direito. E hoje, a divulgação destas práticas comerciais absolutamente ilegítimas e imorais revela-nos que o Facebook, sem qualquer tipo de pudor, comercializou dados com empresas terceiras para o objectivo único do lucro e do aumento do poder no mercado. Isto é inaceitável e, desta vez, o Facebook não pode voltar a eximir-se às suas responsabilidades para com o público e, sobretudo, para com**

as instituições que têm como primeiro dever defender os direitos dos cidadãos”.

O social-democrata acrescentou que *“esta pergunta parlamentar dirigida à Comissão Europeia tem um objectivo muito claro. Quero que a Comissão diga, preto no branco, que tipo de acções vai tomar para sancionar o Facebook, para ressarcir os lesados desta violação e para garantir que estas práticas criminosas são erradicadas. Se houve violação de dados pessoais de cidadãos europeus, temos de sabê-lo. E não podemos ficar impávidos e serenos à espera de justificações. Temos de agir imediatamente para que estes actos não passem impunes. É isto que os europeus esperam das instituições europeias que os representam”*. 

Sofia Ribeiro quer garantir segurança e qualidade de formação dos marítimos

Sofia Ribeiro afirmou que *“garantir formação, especialização e a certificação dos marítimos, é garantir a diminuição de potenciais ameaças à segurança de vidas humanas e de bens no mar, ou ao meio marinho”* durante a reunião da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, em Bruxelas. A Eurodeputada foi eleita relatora do parecer desta comissão parlamentar sobre o nível mínimo de formação dos marítimos

Com este documento, a social-democrata explicou que pretende apostar *“na segurança e na qualidade através da aposta na formação”*, sem esquecer a *“proteção e defesa dos marítimos enquanto trabalhadores”*, ao mesmo tempo que quer garantir uma *“postura de transparência perante os trabalhadores, quer no processo de comunicação das oportunidades de trabalho nos Estados-membros, quer no processo de reconhecimento de certificação provisória”*.

A Eurodeputada frisou durante a reunião que *“a via marítima assegura 90% das trocas de mercadorias da União com o exterior e 40% das trocas internas”*, números traduzidos em criação de emprego, e que dão motivo suficiente para *“que se desburocratize e uniformize”* todo o processo de reconhecimento de certificação destes trabalhadores.

Com a revisão desta diretiva, a Comissão Europeia pretende adaptar reformular e simplificar a legislação europeia de forma a garantir que os marítimos formados na União e os provenientes de países terceiros beneficiem de condições equitativas de trabalho. A legislação em vigor, explicou Sofia Ribeiro, *“contribui muito para a resolução do problema da existência de tripulações insuficientemente qualificadas a bordo de navios que arvoram pavilhão de um*



Estado-Membro da União”

“Quando nós temos um processo que corre o risco de depender da vontade de política dos Estados-Membros, quando devia centrar-se em questões técnicas que podiam facilmente ser

resolvidas pela Comissão Europeia e pelas suas Agências Europeias com competência na matéria, ao abrigo STCW, estamos a inverter todo o caminho de convergência e de confiança no projeto europeu percorrido até então”, finalizou Sofia Ribeiro.